

PLANO DE TRABALHO

FIELD PROJECT	ANÁLISES EMPÍRICAS DO FAZER JURÍDICO						
AUTORIA	ISABELLA MARKENDORF MARINS					DISCENTES Nº MÁX.	10
SUPERVISÃO	A SER PREENCHIDO PELA COORDENAÇÃO DE ENSINO					DISCENTES Nº MÍN.	6
REQUISITOS	ABERTO PARA DISCENTES A PARTIR DO 3º PERÍODO.						
PÚBLICO ALVO	COMUNIDADE ACADÊMICA E OPERADORES DO DIREITO						
CÓDIGO	GRDDIR037 / GRDDIR039 / GRDDIR041	PERÍODO	2022.1	NATUREZA	PRÁTICA	CARGA HORÁRIA	60h

EMENTA	Antropologia Jurídica. Sociologia Jurídica. Trabalho de Campo. Metodologia empírica. Direito Real.						
PROBLEMA	Demonstrar como o Direito deve ser vislumbrado na prática, a fim de proporcionar aos alunos e alunas visões para além do Direito escrito, mas como esse ocorre na prática.						
PRODUTO	Elaboração de textos para publicação em blog.						
OBJETIVO	Proporcionar aos alunos uma visão empírica do direito, de acordo com os preceitos da antropologia e da sociologia jurídica, mediante a apresentação e análise do direito na realidade, o trabalho de campo jurídico, a etnografia e a metodologia de pesquisa empírica. Debater casos concretos e realizar trabalhos escritos visando a possibilitar aos alunos a habilidade de ir além da prática advocatícia, tornando-se juristas que também possam ser voltados para à academia e compreendam o direito na prática.						
METODOLOGIA	Método socrático, disponibilização de slides, textos de leitura obrigatória e elaboração de textos para publicação em blog.						
HABILIDADE Exigência MEC RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018		Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.					
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.					
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.					
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.					
		Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.					
		Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.					
		Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.					
		Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.					
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.					
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.					
		Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.					
		Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.					
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.					
	Aprender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.						
	Outras:						
PROGRAMA GERAL (cronograma dos encontros semanais presenciais (em média 15))							
ATIVIDADE	TEMA						
1	Introdução do projeto						
2	O que é a Antropologia Jurídica?						
3	O que é a Sociologia Jurídica?						

4	O que é o trabalho empírico e o de campo?
5	O que é a Metodologia Qualitativa?
6	O que é a Metodologia Quantitativa?
7	O que é a Metodologia de Pesquisa?
8	O que é a Etnografia Jurídica?
9	As administrações de conflitos
10	O que é o Tribunal do Júri?
11	A imparcialidade judicial
12	Ida ao TJRJ com assistente
13	Concretização do textos para blog
14	Concretização do textos para blog
15	Concretização de textos para blog
CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	Participação 20%; Entrega de Textos parciais publicados no blog 40%; Entrega de texto final publicado no blog 40%. Conceitos: A (ótimo); B (bom); C (suficiente) e D (insuficiente).
BIBLIOGRAFIA BÁSICA	LIMA, Antonio Carlos de Souza. Antropologia e direito: temas antropológicos para estudos jurídicos. Coordenação geral [de] Antônio Carlos de Souza Lima.—Brasília, Rio de Janeiro, Blumenau: Associação Brasileira de Antropologia, laced, Nova Letra, 2012. SOARES, Ricardo Maurício Freire. Sociologia e Antropologia do Direito. 2019. Saraiva Jur. LATOURET, Bruno. A fabricação do Direito: um estudo de etnologia jurídica. Editora UNESP, 2020.
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR	NUÑEZ, Izabel. Aqui nós somos uma família: brigas e acordos no tribunal do júri. 2021. Autografia. SIQUEIRA, Gustavo Silveira. Pequeno Manual de Metodologia da Pesquisa Jurídica: ou roteiro de pesquisa para estudantes de Direito. 2020. Instituto Pazes. LIMA, Michel Lobo Toledo. Administração de Conflitos e Demandas de Direitos no Juizado Especial. 2016. Autografia. SOUTO, Cláudio; SOUTO, Solange. Sociologia do Direito - Uma Visão Substantiva. 2003. Sergio Antonio Fabris Editor. BAPTISTA, Bárbara Gomes Lupetti. Paradoxos E Ambiguidades Da Imparcialidade Judicial. 2013. Sergio Antonio Fabris Editor.